

A Questão do Método e a Pluralidade Metodológica em Estudos Organizacionais

Daniel Reis Armond de Melo
Universidade Federal do Amazonas
armond@ufam.edu.br

RESUMO

O presente ensaio apresenta uma reflexão crítica sobre o campo dos Estudos Organizacionais, a partir de considerações sobre o método científico e sua utilização. Discute-se a abordagem centrada em metodologias aprisionadoras e limitadoras, e apresentam-se alternativas paradigmáticas para pesquisas em Administração, mais especificamente no subcampo dos Estudos Organizacionais. Contrastam-se as abordagens objetivistas e subjetivistas e sugerem-se caminhos para um metaparadigma decorrente da combinação de ambos.

Palavras-chave: Método Científico; Pluralidade Metodológica; Paradigmas em Estudos Organizacionais.

1. INTRODUÇÃO

Sem dúvida o método é o ‘guia geral’ que esclarece e encaminha as idéias. Entretanto, levando em consideração a história da ciência, parece que a preocupação que domina não é o método, mas a invenção, a descoberta e a inovação.

Um olhar epistemológico corresponde a enxergar um objeto como um corpo de conhecimento. Dessa forma, conforme França Filho (2004), um olhar epistemológico da Administração consiste em refletir sobre a natureza do conhecimento ou das idéias desenvolvidas em seu nome. Nesse sentido, esse artigo se propõe a discutir sobre algumas limitações e possibilidades epistemológicas no campo dos Estudos Organizacionais, enquanto subcampo do conhecimento da Administração.

No pensamento de Cardoso (1971), sendo o método um componente de um conjunto responsável pela elaboração do conhecimento, é necessário perguntar o que faz com que este todo seja como é. Segundo essa autora, somente conduzindo o raciocínio até o plano propriamente epistemológico, distanciando-se, assim, das malhas do método como tal para atingir as suposições em que se baseiam, as bases de que parte, “é que será possível compreender a formação do conhecimento e o papel que aí cabe ao método” (CARDOSO, 1971, p.63).

Com esse objetivo, faz-se inicialmente uma discussão sobre a questão do método nas ciências em geral, enquanto possibilidade de “aprisionamento” do cientista. Em seguida, desmitifica-se a neutralidade do pesquisador, denunciando sua inserção sócio-cultural enquanto delimitadora e condutora de seu trabalho de pesquisa. A partir daí, trançam-se possibilidades de ação libertadora em pesquisa por meio de uso do pluralismo metodológico e paradigmático. Por fim, apresenta-se uma proposta baseada em um modelo de múltiplos paradigmas em Estudos Organizacionais (Burrell e Morgan, 1979) como alternativa à ortodoxia consolidada, e quase hegemônica, em Administração.

2. A QUESTÃO DO MÉTODO

É verdade que uma teoria é boa quando ‘confirmada pelos fatos’? E ainda, deve-se rejeitar uma teoria quando ‘fatos experimentais’ bem determinados não a confirmam? Devemos acreditar que existe um Método graças ao qual são elaboradas teorias rigorosamente

fiéis aos ‘fatos’? Para Pierre Thuillier (1927 – 1998), filósofo e historiador da ciência, a resposta é simples e direta: “Nunca houve adequação perfeita entre a teoria e os ‘fatos’.” (THUILLIER, 1994, p.8).

Para Thuillier, os cientistas, ao apresentarem os ‘fatos’ como uma espécie de prova maciça da verdade da ciência, dão a esta última uma publicidade exagerada porque a convergência dos fatos pode nos colocar na pista certa, mas não nos conduz sempre à verdade (THUILLIER, 1994, p.11). Desta forma, as teorias em geral, sendo baseadas em ‘fatos’ são tão falíveis quanto eles.

A própria noção de teoria implica em incerteza e uma boa teoria não é uma teoria definitivamente irrefutável e absolutamente verdadeira, mas é uma teoria coerente e que possui certa eficácia nas condições vigentes (THUILLIER, 1994, p.9). Para que possamos falar do conhecimento científico como verdade, deve-se salientar seu caráter transitório, histórico.

Sendo o conhecimento limitado e parcial, e, portanto, menos rico e menos complexo do que a realidade, sua adequação é sempre relativa e provisória. Sua vigência se dá até o momento em que o conhecimento tenha avançado a um grau superior de sofisticação e refinamento, quando seus limites se tornem mais nítidos e as restrições a sua validade fixem melhor seus contornos (CARDOSO, 1971).

A ciência e as teorias científicas não se produzem unicamente para atender suas próprias necessidades, mas responde à sociedade e ao homem e pode vir a lhes servir. As suas aplicações vão tornando as invenções mais arrojadas e as explicações mais revolucionárias de certa forma acessíveis a outras camadas sociais (CARDOSO, 1971). Dessa forma, o avançado conhecimento científico de hoje irá, progressiva e paulatinamente, fazer parte do conhecimento corriqueiro de amanhã, mesmo assim não deixará de ser científico.

Segundo Thuillier (1994), uma das funções importantes da afirmação do método científico tem sido a de conferir *status* científico àqueles que o seguem, inúmeras vezes, apesar da precariedade dos resultados a que conseguem chegar. A intenção é colocar o conhecimento científico acima de outros saberes não rotulados como tal (popular, tradicional, artístico, filosófico, religioso, etc.). Nesse sentido, “o diálogo seria decerto mais fácil se se conseguisse dar uma imagem menos grandiosa mas mais realista daquilo que o rótulo ciência encobre.” (THUILLIER, 1994, p.18).

Nas sociedades científico-técnico-industriais, essa imagem da ciência desfruta de grande sucesso pois valoriza o conhecimento dos especialistas. Cardoso (1971) aponta que pesquisadores que se beneficiam deste tipo de atribuição costumam incluir no início dos seus trabalhos indicações sobre o método que utilizam, visando muito menos o esclarecimento e a orientação dos leitores quanto à compreensão do desenvolvimento da pesquisa, do que conseguir aceitação geral, principal, senão unicamente, em função do próprio método.

Nesse sentido, a evidenciação do método *per se* configura-se como um prólogo ritual ao qual tudo o que se segue já deve ser encarado com seriedade e respeito. A crítica à teoria esbarra na defesa do método. Um paradoxo surge marcante: a ciência, busca do novo, deve ater-se à manutenção de um estilo, definido para garanti-la como tal, portanto, para não correr o risco de se *descientificizar* ela deve ser conformista (CARDOSO, 1971).

Numa epistemologia cartesiana o método se reduz a um conjunto de regras que por si só garantem a obtenção dos resultados desejados. Todavia, a epistemologia cartesiana já não consegue dar conta da ciência contemporânea (BACHELARD apud CARDOSO, 1971).

O trabalho científico na atualidade não permite se pretenda seguir à risca procedimentos pré-estabelecidos. Isso se configura em um estranho apego à ciência que

emperra o desenvolvimento científico. No entanto, a ciência mesma, que só pode existir livre, exige do espírito a abertura ao não conformismo, capaz de gerar rupturas e, assim, crescimento, aprofundamento, engrandecimento (CARDOSO, 1971).

3. A QUESTÃO DA NEUTRALIDADE DO MÉTODO

Para Thuillier, versões simplistas, freqüentemente oferecidas ao público, indicam que “o Método permitiria obter da Natureza respostas sempre claras, ‘sins’ e ‘nãos’ bem definidos” (THUILLIER, 1994, p.13). Entretanto, quando se vai ao âmago das questões o que se descobre são respostas múltiplas e/ou contraditórias. Em tom de indignação Thuillier(1994) aponta que:

“Há várias maneiras de se fazer música ou pintura; várias maneiras de conceber a natureza humana ou a vida em sociedade; várias maneiras de escrever história. Mas, dizem-nos, só há uma maneira racional de fazer Ciência!” (THUILLIER, 1994, p.24).

Nesse sentido, o julgamento do cientista aproxima-se do julgamento estético e para formular hipóteses o cientista faz uso da imaginação, tais características são próprias dos artistas e filósofos (THUILLIER, 1994). Dessa forma, cai por terra o mito de que “o sábio é um espírito puro, frio, neutro e objetivo que opera num vazio cultural e ideológico perfeito” (THUILLIER, 1994, p.15).

Cardoso (1971) defende que o conhecimento é o resultado da relação entre um sujeito que se empenha em conhecer e o objeto de sua preocupação. Cabe notar que o relacionamento sujeito-objeto não se dá isoladamente a partir de cada indivíduo, “mas está baseado na explicação parcial concretamente aceita pela sociedade ou pelo grupo social, conforme ela é assimilada pelo sujeito, tendo importância a sua posição dentro dela ou dele” (CARDOSO, 1971, p.64).

O cientista, antes de ser um definidor de situações, aparece como um portador de uma cultura que, mesmo inconscientemente, lhe dita os hábitos, as maneiras de proceder, as normas a seguir, as preferências, e de uma linguagem que lhe estrutura pensamento.

Por outro lado, é portador (consciente) de todo conhecimento adquirido acerca do objeto de sua preocupação: através da experiência passada, individual, dos grupos e da sociedade, no que dela ficou guardada na memória, constituindo as pré-noções, e através das teorias codificadas que lhe servem de apoio, fornecendo-lhes as noções a respeito do que procura, conceitos, relações, precisões (CARDOSO, 1971).

Do exposto podemos deduzir que o pesquisador e, conseqüentemente, sua pesquisa inserem-se num dado paradigma (alternativa de realidade) que define e limita sua área de atuação.

4. CONTRA O MÉTODO

Karl Popper, com o racionalismo crítico, iniciou um processo de revisão da metodologia científica, sendo seguido por dois de seus alunos, Thomas Kuhn e Paul Feyerabend. Kuhn (1972) afirma que a ciência constituiu-se em seus primórdios como uma ruptura em relação aos pressupostos metodológicos estabelecidos e, por isso, as propostas inovadoras de compreensão da realidade não devem ser descartadas *a priori*, sob o risco de repetições teóricas monótonas e infundáveis. A esse respeito, recomenda-se a leitura de sua obra “A estrutura das revoluções científicas”.

Feyerabend (2007), em seu livro “Contra o Método” (publicado inicialmente em 1975), afirma que em ciência “tudo vale”. Ele defende a idéia de que nenhum método pode ser definitivo ou aplicado de forma estática e inflexível. Segundo ele, há uma multiplicidade de interações que implicam em maior flexibilidade e, freqüentemente, em violações das regras metodológicas. Para Feyerabend, o anarquismo é para a ciência a filosofia mais acertada. Em suas palavras: “A ciência é um procedimento essencialmente anárquico: o anarquismo teórico é mais humanitário e mais apto a estimular o progresso do que suas alternativas que apregoam lei e ordem.” (FEYERABEND, 2007,p.31).

Inicialmente convém lembrar que anarquismo significa oposição a um princípio único, absoluto, imutável de ordem, e não necessariamente uma oposição a toda e qualquer forma de organização. Epistemologicamente não significa, portanto, ser contra todo e qualquer procedimento metodológico, mas contra a instituição de um conjunto único, fixo, restrito de regras que se pretenda universalmente válido, para toda e qualquer situação, ou seja, contra algo que se pretenda determinar como o método, como a característica distintiva, demarcadora do que seja ciência.

A visão anarquista de Feyerabend se traduz em um pluralismo metodológico, aceitando a possibilidade de empregar-se qualquer método, contanto que este não seja considerado como o único método válido. Quando aplicado à prática científica, na interpretação feyerabendiana, esse pluralismo representa a causa de grandes inovações.

Para Feyerabend, os grandes cientistas não se prendem a nenhum método específico, agem de maneira “oportunista” e empregam estratégias de convencimento além da argumentação racional para exposição de suas idéias ou teorias bem como dos resultados de seus testes e observações. (FEYERABEND, 2007). Para ilustrar seu ponto de vista, seu exemplo clássico é Galileu.

“Como exemplo dessa tentativa, examino o argumento da torre, o qual os aristotélicos empregavam para refutar o movimento da Terra. O argumento envolve interpretações naturais – idéias tão estreitamente ligadas a observações que é necessário um esforço especial para perceber sua existência e determinar seu conteúdo. Galileu identifica as interpretações naturais inconsistentes com a teoria de Copérnico e as substitui por outras.” (FEYERABEND, 2007, p. 89)

O “oportunismo” científico consiste em relacionar teorias já conhecidas, outras ainda em desenvolvimento, observações, hipóteses auxiliares e hipóteses ad hoc de acordo com as circunstâncias do momento, ao invés de seguir regras metodológicas fixas e pré-estabelecidas. Além disso, a apresentação de novas teorias e fatos científicos ocorre com recurso à propaganda, manipulações e induções de natureza psicológica, e não apenas à argumentação racional (COUTO, 1999). Em suma, a ciência, segundo Feyerabend (2007), progrediu no passado e progride hoje porque o cientista é um pluralista e não um seguidor de regras.

Baseado na história dos avanços científicos, Feyerabend incita à violação do método que, para ele, é absolutamente necessária para o avanço do conhecimento. Sendo assim, uma teoria aparentemente equivocada hoje, pode ser considerada a mais acertada amanhã. O progresso, freqüentemente, é prejudicado pelo dogmatismo metodológico. Segundo Feyerabend (2007):

“Não há nenhuma idéia, por mais antiga e absurda, que não seja capaz de aperfeiçoar nosso conhecimento. Toda a história do pensamento é absorvida na ciência e utilizada para o aperfeiçoamento de cada teoria. E nem se rejeita a interferência da política. Talvez ela seja necessária para superar o chauvinismo da ciência que resiste a alternativas ao status quo.” (FEYERABEND, 2007, p. 63)

Feyerabend defende ainda o “relativismo das verdades” que, segundo ele, podem variar conforme o método empregado, ou mesmo existirem concomitantemente. Feyerabend

(2007), Cardoso (1971) e Thuillier (1994) demonstram que esse “relativismo” é detestado por diversos cientistas por implicar na perda do poder de condução do pensamento da sociedade. A ortodoxia gera seu discurso e luta contra aquilo que a ameaça.

Assim, vive-se de acordo com os diversos discursos vigentes nas sociedades, não fazendo oposição a eles, mas submetendo-se e disseminando tal “verdade”, tornando-a, então, inquestionável e obrigatória. Como, ainda segundo os discursos vigentes, o que se opõe à verdade é julgado falsidade e toda falsidade deve ser expurgada, então todo o resto não coberto pelo discurso deve ser combatido, não havendo espaço para convívio ou tolerância entre pensamentos diversos. Nesse sentido, tem-se a seguinte afirmação de Feyerabend (2007)

“Nenhuma teoria jamais está de acordo com todos os fatos em seus domínios; contudo, a culpada nem sempre é a teoria. Os fatos são instituídos por ideologias mais antigas, e um conflito entre os fatos e a teoria pode ser uma prova de progresso. Tal conflito constitui também um primeiro passo em nossa tentativa de encontrar os princípios implícitos em noções observacionais familiares” (FEYERABEND, 2007, p. 71)

Para Sousa Santos (2001) o conhecimento pós-moderno é relativamente imetódico e constitui-se a partir de uma pluralidade metodológica. Cada método é uma linguagem e a realidade responde na língua em que é perguntada. Só uma constelação de métodos pode captar o silêncio que persiste entre cada língua que pergunta (SOUSA SANTOS, 2001).

Numa fase de revolução científica como a que atravessamos, essa pluralidade de métodos só é possível mediante transgressão metodológica. Sendo certo que cada método só esclarece o que lhe convém e sem grandes surpresas, a inovação científica consiste em inventar contextos persuasivos que conduzam à aplicação dos métodos fora do seu habitat natural. Dado que a aproximação entre ciências naturais e ciências sociais se fará no sentido destas últimas, caberá especular se é possível, por exemplo, fazer a análise filológica de um traçado urbano, entrevistar um pássaro ou fazer observação participante entre computadores.

A ciência pós-moderna não segue um estilo unidimensional, facilmente identificável; o seu estilo é uma configuração de estilos construída segundo o critério e a imaginação pessoal do cientista. A tolerância discursiva é o outro lado da pluralidade metodológica. Na fase de transição em que nos encontramos são já visíveis fortes sinais deste processo de fusão de estilos, de interpenetrações entre cânones de escrita.

Clifford Geertz citado por Sousa Santos(2001) estuda o fenômeno nas ciências sociais e apresenta alguns exemplos:

“Investigação filosófica parecendo crítica literária no estudo de Sartre sobre Flaubert; fantasias barrocas sob a forma de observações empíricas (a obra de Jorge Luis Borges); parábolas apresentadas como investigações etnográficas (Carlos Castañeda); estudos epistemológicos sob a forma de testes políticos (a obra *Against Method* de Paul Feyerabend).” (GEERTZ apud SOUSA SANTOS, 2001, p.22)

Tais exemplos apontam um movimento no sentido da maior personalização do trabalho científico a partir de múltiplas abordagens metodológicas. Sabe-se, entretanto, que para um posicionamento metodológico mais completo, o pesquisador deve considerar pressupostos adotados sobre a natureza da realidade (ontológicos) e sobre a natureza do conhecimento (epistemológicos). Nesse sentido, apresenta-se a seguir uma alternativa multiparadigmática nos Estudos Organizacionais.

5. ABORDAGEM MULTIPARADIGMÁTICA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

A discussão sobre a utilização de múltiplos paradigmas em estudos organizacionais inicia-se com Burrell e Morgan (1979) pela exposição de seu modelo de “paradigmas

sociológicos”, ou seja, uma base ontológica e epistemológica que, segundo os autores, fundamentariam as teorias organizacionais modernas.

Neste trabalho, Burrell e Morgan (1979) sugerem que o campo de teoria organizacional é formado por uma série de posições epistemológicas e ontológicas de base, as quais formariam algumas posições metateóricas a priori no desenvolvimento científico em análise organizacional.

Esses autores apresentaram um modelo de categorização dos campos paradigmáticos onde sobrepujam dois eixos: um representaria os pressupostos metateóricos sobre a natureza da ciência, opondo a ciência “objetivista” à ciência “subjetivista”, enquanto o outro simbolizaria as premissas metateóricas sobre a natureza da sociedade, contrastando uma sociologia da “regulação” a uma sociologia da “mudança radical”. O resultante da sobreposição dos eixos define os quatro principais paradigmas que fundamentariam – ou que poderiam fundamentar – a análise organizacional (CALDAS, 2005).

Lewis e Grimes (2007) explicam que a ‘objetividade’ pressupõe que há uma realidade externa, com relações determinísticas e previsíveis, enquanto a ‘subjetividade’ presume construções sociais contextualmente limitadas e fluidas. A ‘regulação’ pressupõe relações sociais harmônicas e ordenadas, enquanto a ‘mudança radical’ presume assimetrias de poder e conflito (LEWIS E GRIMES, 2007).

Morgan (2007) sugere a adoção de um pluralismo teórico e metafórico, de modo a permitir o desenvolvimento de novas perspectivas para a análise organizacional. Segundo o autor, a cosmovisão vigente dos teóricos das organizações está baseada em algumas metáforas características de um único paradigma, o funcionalista. Para ele, metáforas características de outras correntes de pensamento têm muito a oferecer e tendem a desafiar as suposições fundamentais da ortodoxia.

Morgan critica o fato de que a teoria das organizações tem sido aprisionada por suas metáforas e, ao mesmo tempo, estimula uma conscientização por meio da qual ela poderia começar a se libertar. Sua intenção é explorar os relacionamentos entre paradigmas, metáforas e a ‘resolução de quebra-cabeças’, mostrando que a teoria das organizações e a pesquisa em organizações são construídas sobre uma rede de suposições tidas como certas e inquestionáveis.

Para Morgan, “os teóricos de organizações, assim como os cientistas de outras disciplinas, com frequência abordam seu objeto a partir de um marco de referência baseado em pressuposições inquestionáveis” (MORGAN, 2007, p.13).

Segundo o autor, “para compreender a natureza da ortodoxia na teoria das organizações, deve-se entender a relação entre os modos específicos de teorização e pesquisa, e as visões do mundo que eles refletem” (MORGAN, 2007, p.13). Para explicar tal relacionamento, Morgan utiliza o termo “paradigma” conforme popularizado por Kuhn (1972) e o define em três sentidos amplos (que servirão como dimensões de análise ao longo do texto): 1- como realidades alternativas (paradigmas), 2- como bases das escolas de pensamento (metáforas) e 3 - como ferramentas e textos específicos utilizados de forma concreta (atividades de resolução de quebra-cabeças científicos). Esta visão hierarquizada está representada na Figura 2.

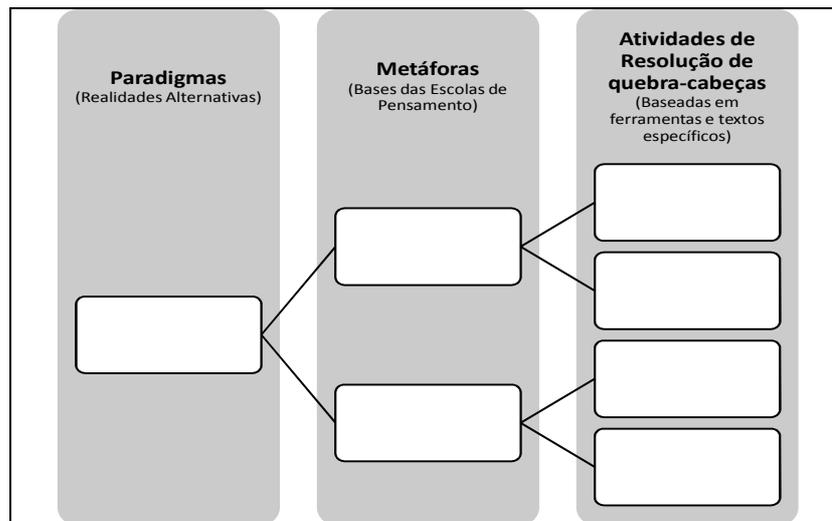


Figura 1 – Hierarquia entre paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças
Fonte: Adaptado de Morgan (2007)

O primeiro sentido/dimensão recebe destaque do autor como “uma das mais importantes implicações do trabalho de Kuhn” e, por isso, determina que no texto “paradigma” será utilizado referindo-se àquele significado. A análise dessa dimensão é importante para Morgan(2007) porque:

“Toda análise adequada do papel dos paradigmas na teoria social deve desvendar as pressuposições centrais que caracterizam e definem uma visão de mundo, de modo que se torne possível apreender o que há de comum nas perspectivas dos teóricos, cujos trabalhos poderiam, em caso contrário, num nível mais superficial, parecer distintos e de alcance amplo” (MORGAN, 2007, p.13).

Na análise da segunda dimensão (metáfora), Morgan afirma que “Toda visão de mundo ou paradigma metateórico pode incluir diversas escolas de pensamento, que com frequência constituem diferentes maneiras de abordar e estudar uma realidade compartilhada ou visão de mundo” (MORGAN, 2007, p. 14). Partindo disso, ele argumenta que as escolas de pensamento nas ciências sociais baseiam-se na aceitação e utilização de diferentes tipos e metáforas como fundamento para investigação.

Em resolução de quebra-cabeças, terceiro nível da análise, identificam-se os diversos tipos de atividades de pesquisa que procuram operacionalizar as implicações das metáforas que definem determinada escola de pensamento. Para o autor, “nesse nível de análise detalhada, muitos textos, modelos e instrumentos específicos de pesquisa competem pela atenção dos teóricos, e grande parte da pesquisa e do debate nas ciências sociais está focada nesse nível” (MORGAN, 2007, p.14). Neste sentido, faz-se referência ao que Kuhn (1972) chamou de ‘ciência normal’.

Essa análise multidimensional e hierarquizada aponta para o fato de que as atividades de resolução de quebra-cabeças (uso de ferramentas, textos e métodos específicos) estão relacionadas a determinadas metáforas que, por sua vez, estão em concordância com uma determinada visão da realidade (paradigma). Isto posto, far-se-á uma análise mais detalhada de cada uma dessas dimensões.

Para aprofundar o entendimento da primeira dimensão (paradigma), pode-se recorrer a Burrell e Morgan (1979) que argumentam que a ciência social, em geral, e a teoria das organizações, em particular, poderiam ser analisadas em termos de quatro amplas cosmovisões, que refletem seus respectivos paradigmas, conforme demonstrado na Figura 2:

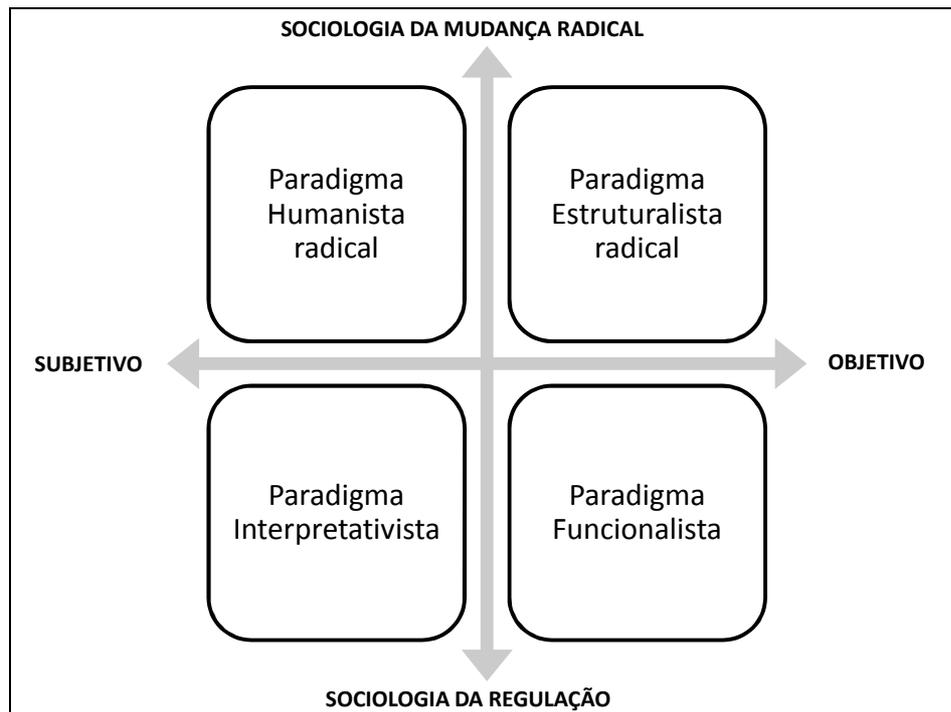


Figura 2 - Paradigmas na Análise Organizacional
Fonte: Adaptado de Morgan (2007)

- (1) o funcionalista (baseado na suposição de que a sociedade tem existência concreta e real, e um caráter sistêmico orientado para produzir um sistema social ordenado e regulado),
- (2) o interpretativista (baseado na visão de que o mundo social possui uma situação ontológica duvidosa e de que o que se passa como realidade social não existe em qualquer sentido concreto mas é um produto da experiência subjetiva e intersubjetiva dos indivíduos),
- (3) o humanista radical (que vincula sua análise ao interesse no que pode ser descrito como patologia da consciência, por meio da qual os seres humanos se tornam aprisionados nos limites de realidade que eles mesmos criam e sustentam) e o
- (4) estruturalista radical (preocupado em entender as tensões intrínsecas e o modo como os que possuem o poder na sociedade procuram se manter nessa posição por meio de diversos modos de dominação).

Para Morgan, cada um desses quatro paradigmas define os fundamentos de modos opostos de análise social e possui implicações radicalmente diferentes para o estudo das organizações. Neste sentido, Vergara e Caldas (2005) apontam que “o interpretacionismo questiona o objetivismo arraigado na doutrina funcionalista, enquanto a vertente crítica combate sua inclinação à regulação e à manutenção da ordem social, ou seja, a sua falta de engajamento em prol da mudança social.” (VERGARA E CALDAS, 2005, p.66)

Na segunda dimensão de análise - a metáfora, Morgan (2007) afirma que quando se busca entender o aspecto simbólico da construção da teoria científica, é importante atentar para o papel da metáfora, pois “o processo de concepção metafórica é um modo básico de simbolismo, central no modo como os seres humanos forjam suas experiências e seu conhecimento sobre o mundo em que vivem”.

Segundo o autor, é por meio da linguagem, da ciência, da arte e dos mitos, que os seres humanos estruturam o seu mundo de modo a tornar a realidade objetiva, ou seja, os seres humanos tentam tornar o mundo objetivo por meio de processos essencialmente subjetivos.

Morgan baseia seu trabalho na intenção de mostrar como as escolas de pensamento da teoria das organizações se baseiam em idéias associadas a diferentes metáforas para o estudo das organizações e como a lógica das metáforas possui importantes implicações para o processo de construção de teoria.

No terceiro sentido/dimensão de sua análise, o Morgan (2007) afirma que muitas das atividades de resolução de quebra-cabeças científicos caracterizam-se pela tentativa de examinar, operacionalizar e medir implicações do *insight* metafórico sobre o qual estão baseadas as teorias. Para o autor, “esta limitação dá atenção cobra muito de um comprometimento prévio e algo irracional para com a imagem do objeto de investigação, já que todo *insight* metafórico proporciona uma visão apenas parcial e unilateral do fenômeno ao qual ele se aplica” (MORGAN, 2007, p.19). Portanto, nas metáforas, determinadas características são enfatizadas e outras suprimidas, em uma comparação seletiva.

Tal digressão serve para que o autor sugira que novas metáforas podem ser utilizadas para criar novos modos de ver as organizações, superando assim, as fraquezas e os pontos obscuros das metáforas tradicionais, oferecendo abordagens suplementares/complementares para a análise das organizações.

Segundo Morgan (2007), “reconhecer que a teoria das organizações é metafórica é reconhecer que ela é um empreendimento essencialmente subjetivo, interessado em produzir análises parciais da vida organizacional” (MORGAN, 2007, p.20). Para ele, tal reconhecimento traria conseqüências importantes, como o encorajamento da prudência e um espírito de investigação crítica, pois “escolas de teóricos comprometidos com abordagens e conceitos particulares, com freqüência, consideram que as perspectivas alternativas estão desorientadas ou representam ameaças à natureza de seu empreendimento básico” (MORGAN, 2007, p. 20). Em síntese, para se entender qualquer fenômeno organizacional devem-se utilizar muitas metáforas diferentes.

Partindo desse ponto, Morgan passa a analisar as duas principais metáforas sobre as quais a teoria das organizações, em uma visão ortodoxa, se baseia predominantemente - as metáforas da máquina e do organismo.

Sobre a primeira, Morgan afirma: As máquinas são concebidas em termos racionais para realizar o trabalho, visando alcançar fins pré-especificados, nesse sentido, “a metáfora da máquina na teoria das organizações expressa esses fins como metas, e a relação entre meios e fins como uma racionalidade intencional” (MORGAN, 2007, p.21) . Como exemplos disso, o autor aponta Taylor (para quem a concepção de homem econômico define uma visão da natureza humana mais de acordo com a máquina organizacional), Fayol (que dá maior ênfase à análise e ao design da estrutura formal da organização) e a especificação de Weber da burocracia como tipo ideal (que elimina dos negócios oficiais o amor, o ódio e todos os elementos puramente emocionais, irracionais e pessoais).

Sobre a segunda, Morgan (2007) afirma que “são fortes e claras as ligações entre esta metáfora do organismo e grande parte da teoria contemporânea das organizações” (MORGAN, 2007, p.22). Citam-se aqui exemplos como a abordagem dos sistemas abertos e a teoria moderna da contingência como sendo baseados no desenvolvimento da metáfora do organismo.

Para Morgan (2007), apesar de esses estudos terem gerado numerosas idéias, é importante notar que o tipo de idéia gerada é limitado pelas metáforas em que se baseiam. Segundo ele, recentemente os teóricos das organizações reconheceram esse fato e perceberam que ver as organizações com base em novas metáforas torna possível entendê-las de novas maneiras que trariam novas dimensões, ricas e criativas a teoria das organizações. Por exemplo:

“A metáfora cibernética estimula os teóricos a ver as organizações como padrões de informação e faz ver como os estados de equilíbrio homeostático podem ser sustentados por processos de aprendizagem baseados em feedback negativo. (...) A metáfora de sistema frouxamente acoplado (...) tenta especificamente se contrapor às pressuposições implícitas nas metáforas da máquina e do organismo de que as organizações são sistemas precisos, eficientes e bem coordenados. (...) A metáfora da ecologia populacional revela a importância de focalizar a competição e a seleção nas populações de organizações, em vez da adaptação das organizações ao ambiente. (...) A metáfora do teatro mostra como os membros das organizações são, essencialmente, atores humanos, que se engajam em vários papéis e outras performances oficiais e não oficiais. (...) A metáfora da cultura chama a atenção para os aspectos simbólicos da vida organizacional e para o modo como a linguagem, os rituais, as histórias, os mitos, etc. corporificam redes de significado subjetivo que são cruciais para compreender como as realidades organizacionais são criadas e sustentadas. (...) A metáfora do sistema político enfoca os conflitos de interesse e o papel do poder nas organizações.” (MORGAN, 2007, p.23)

Tais metáforas criam meios de ver as organizações e seu funcionamento que escapam às metáforas da máquina e do organismo. Morgan destaca que cada uma dessas novas metáforas pode ainda ser combinada com cada uma das quatro realidades alternativas (paradigmas) propostas, dando vazão a inúmeras formas de teorização e estudo das organizações.

Para exemplificar como os paradigmas refletem escolhas particulares de métodos, Vergara e Caldas (2005) relatam que “pesquisas empíricas de cunho objetivista buscam identificar relações entre variáveis, estabelecem hipóteses, testam-nas, utilizam critérios probabilísticos para a definição de amostras, usam instrumentos estruturados para a coleta de dados e técnicas estatísticas para o seu tratamento. Buscam a generalização.” (VERGARA E CALDAS, 2005, p.68)

Adicionalmente, os mesmos autores apontam para o fato de que “pesquisas empíricas de cunho subjetivista contemplam a visão de mundo dos sujeitos, definem amostras intencionais, selecionadas por tipicidade ou por acessibilidade, obtêm os dados por meio de técnicas pouco estruturadas e os tratam por meio de análise de cunho interpretativo. Os resultados obtidos não são generalizáveis.” (p.68)

Dessa forma, o desconhecimento dessa diversidade paradigmática, bem como a aceitação tácita quase hegemônica do paradigma funcionalista (objetivista), acabam por aprisionar e limitar o desenvolvimento do campo. Em oposição, conhecer e aplicar a abordagem em muitos paradigmas pode “libertá-lo” e expandir seus limites (CALDAS, 2005).

Nesse sentido, a intenção Burrell e Morgan, seria a de, primeiramente, propor que caso os distintos paradigmas pudessem se reconhecer e eventualmente dialogar o campo dos Estudos Organizacionais cresceria em reflexividade e riqueza. Em segundo lugar, os autores pretendiam desvendar caminhos pouco explorados e promissores, além do funcionalismo dominante, especialmente os referenciais críticos e interpretativos. (CALDAS, 2005)

Segundo Caldas (2005), no Brasil, a popularização do conceito de paradigmas de Burrell e Morgan na década de 1980, e do trabalho de Morgan sobre metáforas durante os anos 1990, foram cruciais na popularização e legitimação de perspectivas críticas em organizações.

Por outro lado, o trabalho de Burrell e Morgan também passou a ser criticado. De acordo com alguns, o modelo de paradigmas simultâneos que Burrell e Morgan propuseram catalisou a proliferação de perspectivas concorrentes, ou ao menos sua popularização e aceitação no campo. Além disso, também gerou polarização e segregação. Assim, ao evidenciar diferenças elementares, Burrell e Morgan promoveram a segregação das

perspectivas (CALDAS, 2005). Nesse sentido, Bouchikhi e Reed apud Lewis e Grimes (2007) apontam que:

“a ‘mentalidade paradigmática’, que agora se generalizou, está ao mesmo tempo proliferando e polarizando as perspectivas, muitas vezes inibindo o diálogo entre os paradigmas, predispondo os teóricos contra explicações contrárias às suas, e encorajando o desenvolvimento de teorias de visão estreita” (Lewis e Grimes, 2007, p. 34)

Morgan respondeu a essa polêmica aprofundando a discussão de analogias e metáforas e advogando a maximização da reflexividade e da capacidade analítica que a abordagem metafórica geraria, tanto para pesquisadores quanto para profissionais.

Nesse ponto, Burrell conflita com Morgan e passa a criticar o que chamou de “excessiva promiscuidade paradigmática”, sugerindo que Morgan daria a falsa impressão de que paradigmas e modelos metateóricos são intercambiáveis como produtos em prateleiras de supermercados. (CALDAS, 2005)

Outros teóricos argumentaram que a proliferação paradigmática promoveu a “anarquia” no campo, que deveria ater-se a um paradigma dominante, em geral aquele relacionado ao postulante (Donaldson apud Caldas, 2005) ou por ele escolhido (Pfeffer apud Caldas, 2005).

Morgan (2007), Vergara e Caldas (2005), Caldas e Fachin (2007) destacam que a ortodoxia nos Estudos Organizacionais desenvolveu-se com base em pressupostos do paradigma funcionalista (que raramente são explicitados e/ou valorizados) com a consequência de que a teorização se desenvolve sobre fundamentos não questionados.

Os pressupostos dos paradigmas interpretativista, humanista radical e estruturalista radical desafiam o funcionalismo de maneira fundamental e geram alternativas à análise organizacional que resultam em perspectivas que freqüentemente contradizem os cânones da teoria ortodoxa.

Dessa forma, o desafio da teoria organizacional a partir dos novos paradigmas é penetrar sob a aparência superficial do mundo empírico e revelar a profunda estrutura de forças responsável pela natureza, pela existência e pelas contínuas transformações das organizações na situação mundial, nas palavras de Morgan (2007):

“diferentes paradigmas corporificam visões de mundo que favorecem metáforas que definem a natureza das organizações de maneiras fundamentalmente diferentes, e cobram um repensar total a respeito do que deve tratar a teoria organizacional. O desafio levantado se relaciona com os pressupostos fundamentais sobre os quais se baseia a teorização, e só pode ser resolvido considerando-se a adequação desses fundamentos rivais como base para a análise organizacional.” (MORGAN, 2007, p.28)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças ocorridas nas ciências sociais, e particularmente no campo dos Estudos Organizacionais, têm resultado em crescente diversidade e, simultaneamente, em menos certeza e estrutura, tanto na teoria quanto na prática. Isso tem se refletido em novos problemas e, conseqüentemente, novas modalidades de pesquisa.

De maneira geral, a busca por alternativas não impede o pesquisador de utilizar rotas tradicionais da pesquisa, também não o autoriza a descartá-las completamente. Ao contrário, ela pressupõe a sua superação pela adoção de uma postura científica diferenciada, mais crítica, mais reflexiva, menos rígida e intransigente.

Neste artigo, demonstrou-se que a abordagem dos problemas de pesquisa e a maneira de conduzi-la estão associadas diretamente à cosmovisão do pesquisador que reflete, até certo

ponto, suas crenças, valores e seu conhecimento adquirido. Estes são sempre um reflexo de seu contexto social e cultural. Dessa forma, crer que a pesquisa é sempre objetiva e que busca demonstrar a “verdade dos fatos” sobre um dado fenômeno sob investigação consiste em ignorar tais influências.

Discutiui-se ainda que os diversos métodos de pesquisa relacionam-se com diferentes maneiras de explorar o mundo, requerendo, portanto, que escolhas sejam feitas em função do assunto proposto e da questão enfocada. Desta feita, nenhum método pode ser eleito como ‘o melhor’, permitem-se apenas aproximações heurísticas. Cada método tem seus pontos fortes e suas limitações, conjugá-los é, por vezes, a escolha mais apropriada.

Nesse sentido, as propostas de Lewis e Grimes (2007) e Morgan (2007), de adoção de estratégias plurais de pesquisa, cujas orientações vão além do método, podem converter-se em um princípio na construção de uma ciência social mais ética e consciente.

Dessa forma, é mister que os currículos de cursos voltados para a gestão organizacional, em especial Administração e Contabilidade, contemplem disciplinas que tenham essa possibilidade multiparadigmática em seus conteúdos.

Enfim, a adoção de múltiplos paradigmas e metodologias é, ao mesmo tempo, fundamento para uma postura crítica e plural do pesquisador social e uma lente a partir da qual ele poderá ascender para visões diferenciadas de mundo, crescendo como profissional e como ser humano.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BURRELL, G. ; MORGAN, G. Sociological paradigms and organizational analysis. London: Heinemann, 1979.
- CALDAS, M. P. Paradigmas em estudos organizacionais: uma introdução à série. Revista de Administração de Empresas, v. 45, n. 1, p. 53-57, 2005.
- CALDAS, M.P. ; FACHIN, R. – Paradigma Funcionalista: desenvolvimento de teorias e institucionalismo. In: CALDAS, M.P; BERTERO, C. O. (Coord) Teoria das Organizações. São Paulo: Atlas, 2007. p. 69-79
- CARDOSO, M. L. O Mito do Método. Rio de Janeiro, CCS-PUC, 1971.
- COUTO, Luis Flávio. Feyerabend e a máxima do "Tudo Vale": A necessidade de se adotar múltiplas possibilidades de metodologia na construção de teorias científicas. Psicol. Reflex. Crit. , Porto Alegre, v. 12, n. 3, 1999 . Disponível em: <<http://www.scielo.br>> acesso em 10/07/2008.
- FEYERABEND, Paul. Contra o método. São Paulo: UNESP, 2007
- FRANÇA FILHO, Genauto C., “Para um olhar epistemológico da administração: problematizando o seu objeto”, In: Santos, Reginaldo S. (org.), A administração política como campo do conhecimento, São Paulo-Salvador: Mandacaru, 2004
- KUHN, T. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva. 1978
- LEWIS, M.W.; GRIMES A.J. – Metatriangulação: construção teórica com base em paradigmas múltiplos. In: CALDAS, M.P; BERTERO, C. O. (Coord) Teoria das Organizações. São Paulo: Atlas, 2007. p. 34-66
- MORGAN, G. – Paradigmas, Metáforas e solução de quebra-cabeças na teoria das organizações. In: CALDAS, M.P; BERTERO, C. O. (Coord) Teoria das Organizações. São Paulo: Atlas, 2007. p. 12-33

MORGAN, G. (Org.), *Beyond Method*. London: Sage, 1983.

SOUSA SANTOS, Boaventura de — *Um discurso sobre as ciências*. Porto : Afrontamento, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa — *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: «Um Discurso sobre as Ciências» Revisitado*. Porto : Afrontamento, 1ª Edição de 2003

THUILLIER, P. *De Arquimedes a Einstein – A face oculta da invenção científica*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

VERGARA, S.C; CALDAS, M.P.. – *Paradigma Interpretacionista: Em busca da superação do objetivismo funcionalista dos anos 1980 e 1990* . In: CALDAS, M.P; BERTERO, C. O. (Coord) *Teoria das Organizações*. São Paulo: Atlas, 2007. p. 223-234